

Mudança linguística e gramaticalização: o modal verbo “dever” no Português do Brasil

Linguistic change and grammarization: the modal verb “dever”
in Portuguese of Brazil

Sérgio Casimiro

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP/BRASIL)

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de analisar os valores deôntico e epistêmico do verbo modal “dever” no Português do Brasil a partir de uma abordagem funcional da modalidade (cf. Bybee, 1995, Neves, 1996 e Dik, 1997) e verificar seu processo de Gramaticalização (cf. Hopper, 1991, Hopper & Traugott, 1993, Traugott & König, 1991). Num trabalho de variação e mudança linguística, foram utilizados como *corpus* para esta análise a Carta de Pero Vaz de Caminha, como exemplo do português do século XVI, Sermões do Padre Antônio Vieira, como exemplos do século XVII, e Mostras de Diálogo entre Documentador e Informante (DID) do NURC do Rio de Janeiro, como exemplos do século XX. Observou-se o uso prototípico do verbo “dever” como deôntico, passando a ter valores polissêmicos e, finalmente, valor epistêmico, o que evidencia um *cline* que parte do sentido deôntico para o epistêmico, num ganho de subjetividade (cf. Traugott & Dasher, 2000) ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização; Mudança Linguística; Modalização; Verbo modal “dever”.

* Sobre o autor ver página 23.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the deontic and epistemic values of the modal verb "dever" in Brazilian Portuguese from a functional approach to the modality (see Bybee, 1995, Neves, 1996 and Dik, 1997), and to verify its process of grammaticalization (see Hopper, 1991, Hopper & Traugott, 1993, Traugott & König, 1991). In this work of variation and linguistic change, we use the Letter of Pero Vaz de Caminha, as an example of sixteenth-century Portuguese, the Sermões of Padre Antônio Vieira, as examples of the 17th century, and Dialogue Samples between Documentary and Informant (DID) of the NURC (Urban Standard Speech) Project of Rio de Janeiro, as examples of the twentieth century. It was observed the prototypical use of the verb "dever" as deontic, to have polysemic values and, finally, epistemic value, which shows a cline that starts from the deontic sense to the epistemic one, gaining subjectivity (Traugott & Dasber, 2000) over time.

KEYWORDS: *Grammaticalization; Linguistic Change; Modalization, Modal verb "dever".*

1 Introdução

Uma das principais características das línguas naturais é o fato de elas não serem estáticas, mas sim dinâmicas, estando em processo de constante mudança. O que uma língua é hoje, sem sombra de dúvidas não é o que ela foi há duzentos anos atrás ou será daqui a dois séculos. Muitas de suas características, seja do léxico, seja da gramática, mudaram ou mudarão, com o passar do tempo.

Por longa data, foi interesse de muitos estudiosos da linguagem essa característica essencial das línguas naturais: a de que elas não foram e nem serão as mesmas. Vários pensadores anteriores a Saussure, ou mesmo o próprio Saussure, durante bom tempo, tiveram as mudanças linguísticas por preocupação. Alguns deles, como August Schleicher, que desenvolveu o método da "árvore genealógica", chegaram a comparar as línguas a organismos vivos, acreditando que elas nasciam de uma língua-mãe, se desenvolviam no decorrer do tempo e morriam.

A linguística do século XIX é caracterizada essencialmente pelo estudo histórico das línguas. É quando se desenvolve o "método comparativo", cuja preocupação era demonstrar que as línguas poderiam ser comparadas, seja foneticamente, seja gramaticalmente, seja semanticamente; possibilitando a reconstrução genealógica das línguas em um estado primitivo. Conforme Weedwood (2002), tal método teve sua origem quando foram percebidas inúmeras semelhanças do sânscrito, língua dos livros sagrados indianos, com o grego e o latim. Um estudioso, o inglês Sir Willian Jones, percebe também que o germânico, o persa antigo e o céltico originavam de uma mesma "fonte comum". Já o pesquisador Jacob Grimm nota correspondências sonoras entre

o germânico, o grego, o latim e o sânscrito, postulando uma *mudança sonora regular, chamada, posteriormente, de lei de Grimm*. A essa possível língua-mãe, foi atribuído o nome de *Indo-europeu*. Posteriormente, um grupo de linguistas, denominados *Neogramáticos*, formula o princípio da “*mudança fonética regular*”, que se torna um dos fundamentos desse método comparativo.

Em oposição a esse grupo de linguistas preocupados com o estudo histórico da linguagem verbal, Ferdinand de Saussure, ao ministrar seu “Curso de Linguística Geral” nas Universidades de Genebra e Paris, cria a famosa distinção entre diacronia e sincronia, afirmando que deveria ser interesse da linguística, elevada ao patamar de ciência, o estudo sincrônico das línguas. A partir de então, o estudo diacrônico parecia estar esquecido, quando na verdade estava apenas latente. Foi apenas a partir da década de 70, como aponta Paul Hopper (1996), que interesses em questões de pragmática e discurso fazem ressurgir os estudos tipológicos de mudança linguística.

Como se observa, por diferentes momentos da Linguística os estudos históricos se fizeram presentes e perduram até hoje, porém com objetivos e aparatos teórico-metodológicos bem diferentes dos empregados no século XIX. A Linguística Histórica e o Método Comparativo são um marco inicial nos estudos sobre mudança linguística, sendo a partir deles que surgem as preocupações sobre gramaticalização.

Neste trabalho, o que se buscará, de certa forma, é fazer Linguística Histórica num sentido Lato, ao se tentar entender o funcionamento polissêmico do verbo modal “dever” no português do Brasil durante diferentes momentos históricos. A partir de um ponto de vista funcionalista sobre modalidade, tenta-se observar se há uma mudança do modal “dever” com valor deôntico para um modal “dever” com valor epistêmico.

Dessa forma, o que se pretende aqui é verificar se a polissemia do verbo modal “dever”, que pode apresentar tanto uma interpretação deôntica como uma interpretação epistêmica, em língua portuguesa, pode caracterizar um processo de mudança linguística ou gramaticalização.

2 corpora utilizado para análise diacrônica

Para que se procedesse tal análise, foi utilizado um *corpus* diacrônico, contendo textos históricos, com amostras do português do século XVI, século XVII e século XX, compreendendo três diferentes gêneros textuais: dois escritos (carta e sermões) e um falado (interação entre dois interlocutores).

O *corpus* escrito compõe-se de textos já digitalizados, sendo eles alguns Sermões do Padre Antônio Vieira, e a carta de Pero Vaz de Caminha, ambos retirados do site da Universidade Federal de Santa Catarina, do NUPELL (Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística), projeto que tem apoio do CNPq e da UFSC/ FUNPESQUISA. No que diz respeito aos Sermões, são em número de três: Sermão da Sexagésima (1655), Sermão do Bom Ladrão (1655) e Sermão das Cadeias de São Pedro em Roma pregado na Igreja de São Pedro (1674). Já no que concerne à carta de Caminha, foi escrita em 1500 para “El Rei D. Manuel.

Com relação aos textos de língua falada, trata-se de amostras do *corpus* comparativo do “Projeto Nurc”, do Rio de Janeiro, retirados do site da UFRJ. São amostras de DID (Diálogo entre Informante e Documentador) recolhidas nas décadas de 1970 e de 1990 com os mesmos informantes. No entanto, apesar de se tratar de amostras coletadas em duas décadas distintas, neste trabalho, ateu-se apenas àquelas referentes à década de 1990.

A escolha de tal corpora se justifica principalmente em razão de se tratar de textos de língua portuguesa pertencentes a momentos históricos longínquos (séculos XVI, XVII e XX). O fato de não se ter escolhido todos os textos de uma mesma modalidade, seja apenas escrita, seja apenas oral, se dá por duas razões: primeiro, não há registros de documentos de português oral nos séculos anteriores ao XX; segundo, escolher textos orais para fazer parte do copora é de extrema relevância, posto que é na língua falada que se registram grandes mudanças linguísticas, por ela estar menos suscetível a qualquer tipo de norma de padronização (como ocorre com a escrita).

3 Sobre modalidade e gramaticalização:

3.1 a modalidade e sua tipologia

Apesar da dificuldade que há para se conceituar modalidade, haja vista a diversidade de autores e teorias que abordam esse tema, ela pode ser definida simplificada como “a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado” (MAINGUENEAU, 1990, apud NEVES, 1996), ou pode ser entendida, basicamente, como “a análise dos enunciados em duas partes constitutivas, modalidade e conteúdo proposicional [...]” Cervoni (1989, p.54). Tal tema é objeto de estudos não só da linguística e da semiótica, mas também da lógica. Muito da tipologia empregada na lógica modal, porém, não se aplica aos estudos da linguagem, justamente pelo fato de as línguas naturais apresentarem certas peculiaridades e idiossincrasias que fogem a certas categorizações da lógica.

Ainda que haja uma diversidade de conceitos e definições de modalidade, é consensual entre lógicos e linguistas o reconhecimento de duas modalidades principais: a epistêmica e a deôntica. Pode-se distinguir, de acordo com Neves (1996, p. 163), “dois eixos conceituais básicos, o do conhecimento e o da conduta”. A modalidade que diz respeito ao primeiro eixo, ao do conhecimento, do certo/incerto, do duvidoso, do que “envolve o julgamento humano do que é provável acontecer” (QUIRK, 1985, p. 180, apud NEVES, 1996), dá-se o nome de epistêmica. Por outro lado, a modalidade “relacionada aos valores de permissão, obrigação e volição” denomina-se deôntica.

As línguas dispõem de diferentes meios para lexicalizá-las, podendo ser expressas, de acordo com Neves (1996, p. 166) por meio de verbos, sejam auxiliar modal ou de significação plena; de advérbios, que podem se associar a um verbo auxiliar modal; de um adjetivo de posição predicativa; de um substantivo e por meio das próprias categorias gramaticais do verbo da proposição. Ao que interessa a esse trabalho, justamente, é a lexicalização por meio de verbos modais, mais especificadamente do modal “dever”.

Ao que concerne a modalidade epistêmica, conforme Bybee (1995, p.4), “muitos linguistas entendem a modalidade epistêmica como grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição contida em uma expressão”. Assim, reconhece-se, segundo a autora, possibilidade epistêmica, expressa em inglês pelos modais *may* e *might* (*We may/might lose the election*) e necessidade epistêmica, expressa em inglês pelo modal *must* (*They must have won the election*). Diferentemente do português, o inglês apresenta verbos distintos para cada tipo específico de modalidade. Já a modalidade deontica está diretamente ligada à normas de conduta, à obrigações e permissões, a funções que estão diretamente relacionadas a convenções socioculturais que envolvem algum tipo de controle humano. Como aponta Lyons (1977 p. 824-25), as expressões deonticamente modalizadas derivam de alguma origem ou causa. São também culturalmente dependentes e não apenas linguisticamente dependentes. São correlacionadas com crenças institucionalizadas e normas de conduta. Segundo Bybee (1985 apud BYBEE, 1995), a modalidade deontica é tida como orientada para o falante, haja vista o fato de que “marcas de diretivos, como imperativos, optativos ou permissivos, representam atos de fala através dos quais os falantes tentam mover um destinatário a uma ação”. Observam-se, também, casos de permissão deontica, expressas em inglês pelo modal *may* (*you may come in now*) e obrigação deontica, expressas em inglês pelo modal *must* (*you must be here by seven*).

Dik (1997), em sua Gramática Funcional, sob um modelo de estrutura da oração em camadas, identifica modalidades alojadas em diferentes níveis da oração. No nível da predicação, encontram-se as modalidades Inerente e Objetiva, que modificam a relação entre um participante e um estado-de-coisas (cf. DIK, 1997a). A Modalidade objetiva expressa a “avaliação que o falante faz da realidade de um estado-de-coisas em termos de seu conhecimento dos estados-de-coisas possíveis” (DIK, 1997a, p.242). Nessa categoria está a Modalidade Objetiva deontica, em que “a realidade de um estado-de-coisas é avaliada em termos de um sistema de normas morais, legais ou sociais”. Sobre esse campo de modalidade, Dik distingue uma escala, onde a modalidade deontica compreende o *continuum* “Obrigatório-Aceitável-Permissível-Inaceitável-Proibido”. Nessa categoria está também a Modalidade Objetiva epistêmica. Na categoria Inerente estão as modalidades Dinâmica de volição e Dinâmica de habilidade, que consistem na expressão da “habilidade ou desejo de um participante realizar um estado-de-coisas” (DIK, 1997a, p.241), e a Modalidade Inerente deontica. No nível da proposição, encontram-se as modalidades Epistemológicas Subjetiva e Evidencial. A modalidade Subjetiva, que expressa “o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição expressa” (DIK, 1997a, p. 242), compreende a modalidade Epistêmica e a denominada modalidade Boulomaica, em que o “falante expressa seu desejo que uma determinada situação se realize, enquanto ao mesmo tempo caracteriza essa situação como não-real”.

A partir das diferentes propostas de estudos das modalidades, neste trabalho, nos valeremos sobretudo das abordagens funcionalistas e da distinção básica entre Modalidade Deontica e Modalidade Epistêmica.

3.2 Mudança linguística e gramaticalização

Como fora dito na introdução, foi a partir das preocupações em Linguística Histórica que surgem as primeiras pesquisas sobre gramaticalização. Motivados pelos estudos sobre mudança linguística que certos estudiosos se debruçaram sobre questões de como a língua renovava seu léxico e sua gramática com o passar do tempo.

Foi o linguista Antoine Meillet quem cunhou o termo gramaticalização. Tal pesquisador francês distinguia dois processos importantes de mudança linguística: a analogia e a gramaticalização. Segundo ele, a analogia consiste em “fazer uma forma sobre o modelo de outra”. Ele diz ainda que “todas as formas regulares da língua podem ser qualificadas de analógicas, pois elas são feitas a partir de modelos já existentes, e é em virtude do sistema gramatical da língua que elas são recriadas, cada vez que se tem necessidade” (p. 130). Já por gramaticalização ele entendia como “a passagem de uma palavra autônoma ao papel de um elemento gramatical”. Tais fenômenos se justificam pela busca constante de expressividade na língua. Segundo ele:

As línguas seguem assim um tipo de desenvolvimento em espiral: elas somam palavras acessórias para obter uma expressão intensa; essas palavras se enfraquecem, se degradam e caem ao nível de simples utensílios gramaticais; nos valem de novas palavras ou de palavras diferentes em vista da expressão; o enfraquecimento recomeça e assim prossegue sem cessar. (p. 141)

Uma das frases que sintetizam o modo de Meillet pensar a mudança linguística é a de que, para ele, “é o léxico que alimenta a gramática”.

Como afirmam Hopper & Traugott (1993), além de Meillet, vários outros linguistas do século XIX se preocuparam com a gramaticalização. Um exemplo destacável é o do filósofo e humanista Wilhelm von Humboldt. De acordo com tais autores, esse pensador alemão, num livro publicado em 1822, chamado “A gênese das formas gramaticais e sua influência na evolução das ideias”, sugere que “a estrutura gramatical das línguas humanas era precedida por um estágio evolucionário da língua em que apenas ideias concretas poderiam ser expressas”. Outro alemão, Georg Von der Gabelentz, também tem a gramaticalização por tema de estudo. Ainda conforme os autores, “ele sugere que a gramaticalização é resultado de duas tendências em competição, uma em direção a uma facilidade de articulação e a outra em direção à clareza” (p.20). Após uma fase de latência, só a partir de meados do século XX que os estudos sobre esse tema são retomados mais intensamente por linguistas como Lehmann, Givón, Li & Thompson, Hopper, Traugott, Bybee e outros.

É notório também que, diferentemente do que propõe Saussure, nos estudos de gramaticalização, sincronia e diacronia se misturam. Não se faz nesse tipo de estudo nem somente sincronia, nem somente diacronia, mas sim, se faz as duas coisas juntas. É o que Cosériu denominaria de pancronia.

Assim, tendo em vista esses primeiros autores a abordar o tema, gramaticalização pode ser entendido, de um modo geral, como um processo em que um item lexical passa a assumir um valor mais gramatical, ou mesmo, um item, já gramatical, que pode ganhar em traços de gramaticalidade, tornando-se mais abstrato. Na verdade, não existe um consenso entre os autores

contemporâneos com relação a uma definição sobre gramaticalização. Como apontam Traugott e Heine (1991), pode-se dizer que o termo se refere à parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre *langue* e *parole*, entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo na língua.

Outro ponto importante são os principais fatores que caracterizam a gramaticalização. Alguns autores fizeram um levantamento de certos princípios característicos desse fenômeno. Lehmann (1982) identifica cinco princípios de gramaticalização: a paradigmática, a obrigatoriedade, a condensação, a coalescência e a fixação.

Para o princípio da **paradigmatização**, as construções sintáticas integram-se como formas perifrásticas em paradigmas morfológicos, o que conduz a paradigmas progressivamente pequenos e homogêneos. Na **obrigatoriedade**, dentro do paradigma, a escolha entre seus membros sujeita-se a regras gramaticais. O conjunto categorial representado pelo paradigma torna-se progressivamente obrigatório nas sentenças da língua. Para o princípio da **condensação**, quanto mais um signo se gramaticaliza, tanto menos complexos se tornam os constituintes com os quais ele pode combinar-se. Já o princípio da **coalescência** se manifesta da justaposição (via cliticização, aglutinação e fusão) para uma alternância simbólica. Por fim, na **fixação**, o signo gramaticalizado tende a ocupar uma posição fixa inicialmente na sintaxe, e depois na morfologia, tornando-se um preenchedor de espaços gramaticais (*slots*).

Já Hopper (1991) apresenta cinco novos princípios para suplementar a proposta de Lehmann. De acordo com Hopper, a caracterização da proposta de Lehmann só dá conta da gramaticalização que se encontra num estágio bastante avançado e que já é inevitavelmente reconhecida. Tais novos princípios são a estratificação, a divergência, a especialização, a persistência e a descategorização.

A **estratificação** refere-se à coexistência de formas com função similar, que podem, ou não, ser estáveis: dentro de um amplo domínio funcional, novas camadas emergem continuamente. As camadas mais velhas não são descartadas, mas podem coexistir e interagir com as novas.

A **divergência** é um caso particular de estratificação, já que também implica certa coexistência de formas: quando uma forma lexical se gramaticaliza passando a um clítico ou a um afixo, a forma original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que os itens lexicais comuns.

A **especialização** refere-se à possibilidade de que um item se torne obrigatório, pela diminuição da possibilidade de escolha: dentro de um domínio funcional é possível uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas; quando ocorre gramaticalização, essa variedade de escolhas formais se reduz e as formas selecionadas, em número menor, assumem significados gramaticais mais gerais.

A **persistência**, que se refere à permanência de vestígios do significado lexical original, muitas vezes refletido em restrições sobre o comportamento gramatical do item: quando uma forma sofre gramaticalização, de uma função

lexical para uma função gramatical, enquanto ela for gramaticalmente viável alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a subsistir, e particularidades de sua história lexical podem ser refletidas em restrições sobre sua distribuição gramatical.

A **descategorização** refere-se a uma diminuição do estatuto categorial de itens gramaticalizados e conseqüente aparecimento de formas híbridas: ao sofrer gramaticalização, as formas tendem a perder ou neutralizar os marcadores morfológicos e as características sintáticas próprias das categorias plenas nome e verbo, e a assumir atributos característicos de categorias secundárias como adjetivo, particípio, preposição etc.

Além desses princípios estabelecidos por esses estudiosos, há vários outros pontos que caracterizam o fenômeno da gramaticalização. A alteração semântica é uma delas e pode ser explicada pelos processos de metáfora e metonímia.

Como aponta Castilho (1997, p. 48), **metáfora** é “a transferência de um sentido A para um sentido B, por haver alguma similaridade entre eles; trata-se, basicamente, de um processo cognitivo”. Vários autores referem-se à metáfora, sendo consenso entre vários deles que, no processo metafórico, há uma transferência de significados sempre de um domínio mais concreto para um mais abstrato.

A **metonímia**, tal qual a metáfora, também é um processo cognitivo que envolve extensão de significados. Conforme Gonçalves (2003, p. 39), parafraseando Traugott e Köning (1991):

Metonímia em GR remete a um tipo de inferência pragmática, uma “associação conceptual” fundamentada no mundo discursivo, ou na transferência semântica licenciada por contigüidade. É uma espécie de permuta que decorre do uso de uma palavra em uma frase na qual uma ideia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto.

Segundo Sperber e Wilson (1986, p. 1, apud NEVES, 1997, p. 137), metonímia “é a manipulação pragmático-discursivo pela qual os conceitos são sujeitos a fatores contextuais na interpretação do enunciado”.

Em se tratando ainda de questões semânticas que envolvem a gramaticalização, ao contrário de Meillet, que via esse processo como enfraquecimento semântico, Traugott e Köning (1991) preferem encarar tal processo como ganho semântico. Com base na teoria funcional sistêmica de Halliday & Hasan (1976), Traugott (1982), distingue ainda três componentes: o proposicional, que contém os elementos da língua que permitem ao usuário da língua falar de uma situação; o textual, que comporta os elementos relacionados ao desenvolvimento do discurso; e o expressivo, que contém os elementos que exprimem as atitudes pessoais em relação a um tema do discurso ou em relação aos outros participantes. Assim, a partir dessa distinção, ela formula a hipótese de que o processo de gramaticalização segue a escala proposicional > textual > expressivo.

Além da alteração semântica, alguns autores citam outros princípios como característicos do fenômeno de gramaticalização, como a analogia, a reanálise e a unidirecionalidade.

O processo de **analogia**, identificado pelos Neogramáticos, é então retomado pelos linguistas contemporâneos para explicar o processo de gramaticalização. De acordo com Castilho (1997, p. 52), “a analogia não dá surgimento a expressões ou estruturas novas, ela simplesmente estende regras a itens ainda não atingidos, ‘uniformizando’, por assim dizer, as formas da língua”. Outro processo importante no fenômeno em questão, parecido com a analogia, é a **reanálise**. Conforme o mesmo autor, “a reanálise é um processo por meio do qual os falantes mudam sua percepção de como os constituintes de sua língua estão ordenados no eixo sintagmático. Essa mudança de percepção se deve a um tipo de raciocínio conhecido como abdução (ou inferência)”. Segundo Hopper e Traugott (1993 p. 40), a reanálise é “uma mudança da estrutura subjacente de uma expressão que não se manifesta formalmente”.

Uma outra característica da gramaticalização é o fato de ela orientar-se sempre de um termo menos para um mais gramaticalizado. Essa característica explica o princípio de **unidirecionalidade**. É em virtude desse fenômeno se direcionar sempre da esquerda para a direita, que Hopper e Traugott (1993) afirmam que não pode haver “desgramaticalização”.

Ainda com relação às mudanças de sentido, é válido mencionar alguns dos estudos feitos sobre a **semântica dos protótipos**. Neves (1997) diz que “o protótipo é o membro que ostenta o maior número das propriedades mais caracteristicamente importantes, e todos os demais membros devem ser caracterizados de acordo com o grau de semelhança do protótipo, ou seja, de acordo com a distância do ‘pico prototípico’”. Taylor (1989) é outro autor importante ao se falar em prototipicidade de categorias. Para ele, segundo Neves (1997 p. 141), “podemos entender o protótipo como uma representação esquemática do núcleo conceptual de uma categoria, e, nesse caso, não se diz que uma entidade particular é o protótipo, mas que ela exemplifica o protótipo”.

Além desses princípios gerais, ainda é possível localizar estudos sobre modalidade e modalização envolvidos em processos de mudança linguística. Por exemplo, a modalidade deôntica é apontada por alguns autores como origem, no processo de gramaticalização, da modalidade epistêmica. Segundo Sweetser (1990), o valor epistêmico teria origem em um sentido mais básico e concreto, que seria a modalidade deôntica, ou *modalidade de raiz* (*Root Modality*) como ela denomina. A partir do estudo de verbos modais do inglês, Sweetser mostra que o uso dos modais apresenta uma extensão do sentido deôntico para o sentido epistêmico, num processo de mudança linguística. Com base no trabalho de Sweetser, Anna Giacalone Ramat (1999) estuda o aprendizado de expressões modalizadoras durante o processo de aquisição de italiano como segunda língua por falantes de línguas diversas. Como mostra Giacalone Ramat (1999), os modais *potere* (poder) e *dovere* (dever) apresentam primeiramente leitura deôntica para, depois de certo tempo de exposição à língua estrangeira, apresentarem leitura epistêmica em situações de uso por esses aprendizes de italiano. Tal trabalho comprova a teoria de Sweetser (1990) de que o sentido deôntico é mais básico que o sentido epistêmico, sendo mais produtivo em processos iniciais de aquisição de segunda língua.

Também Traugott (1989, p. 43) propõe um *cline* de mudança dos verbos auxiliares modais, em que o crescimento dos sentidos epistêmicos em inglês é fruto de subjetivação na mudança semântica, como se vê abaixo no quadro:

Verbo principal >	Pré-modal >	deôntico >	levemente epistêmico > epistêmico habitual/ profético	fortemente epistêmico
-------------------	-------------	------------	---	-----------------------

Traugott (1989, p. 43)

A autora usa como exemplo o modal *must* do inglês, em que inicialmente atuava como verbo principal, para posteriormente atuar como verbo pré-modal, perdendo algumas características de verbo principal. Como modal, *must* atua inicialmente com sentido deôntico para posteriormente atuar como verbo epistêmico, estando relacionado a uma possibilidade. Também Traugott & Dasher (2000) analisam o processo de gramaticalização do modal *must* no inglês, a partir de usos com sentido deôntico em direção a uma mudança para sentido epistêmico. Para os autores, esse desenvolvimento evidencia uma tendência em direção a um sentido orientado para o falante (*speaker-oriented meaning*), aumentando assim sua subjetivação.

4 O modal “dever”

Quando se estuda modalização, geralmente, é feita menção aos verbos modais como um dos meios de lexicalização da modalidade. No caso do presente estudo, nota-se que o verbo “dever” apresenta uma peculiaridade, também observada em alguns outros verbos modais. Trata-se da polissemia. Em português, o verbo “dever”, assim como o modal “poder”, também objeto de muitos estudos, em algumas situações discursivas, pode ser enquadrado tanto como deôntico como epistêmico, na categorização tradicional da modalidade.

Como aponta Ferreira (1996, p. 672), em seu dicionário, tal verbo pode apresentar algum dos seguintes sentidos:

1. Ter obrigação de;
2. Ter de pagar, estar na obrigação de restituir;
3. Ter de, precisar;
4. Estar obrigado, estar em agradecimento;
5. Dever;
6. Estar obrigado ao pagamento de;
7. Seguido de preposição de e de um verbo no infinitivo indica probabilidade, suposição; etc.

Nota-se que seus sentidos mais básicos estão ligados essencialmente à obrigação e necessidade, além do sentido de restituição (de algum bem, dinheiro, ou algo que foi emprestado). Tais interpretações podem ser explicadas pela etimologia desse verbo, que, de acordo com Aurélio (1999), “originou-se em *habere*, ‘ter’, ou no latim *debere*, sendo do mesmo radical de ‘debitus’ que significa ‘ter alguma coisa de alguém, ser devedor’”. O que mais interessa notar

aqui é que sua origem em *habere* (“ter”) explica por que tal verbo apresenta inicialmente um valor deôntico, já que “ter” em português é empregado com esse valor modal, de obrigação, de fato a se realizar; assim como *habere* era em latim. A exemplo do valor modal de *habere*, é interessante ainda mencionar, conforme Neves (1997, p.128), a “passagem da forma verbal latina livre *habere* para uso em perífrase modal deôntica (*laudare habeo*, “hei de louvar”), e a partir daí (no português e em outras línguas românicas), para o uso como morfema temporal (louvar-ei)”. Dessa forma, sua origem em um verbo de valor deôntico justifica por que tal modal permanece originalmente com esse valor em português.

No entanto, conforme mencionado, em português tal modal apresenta não só valor deôntico, como também epistêmico. Por se tratar de um verbo polissêmico, uma das questões que se propõe é o que propicia a interpretação do modal “dever” como deôntico ou epistêmico em português.

Silva-Corvalán (1995), ao estudar os modais *poder* e *deber* em espanhol, afirma que somente a análise do contexto possibilita a interpretação desses modais. De acordo com Neves (2000, p.133) “são maximamente polissêmicas as construções com predicado modalizado que têm o traço [+ controle] e têm sujeito animado”. Assim, as construções caracterizadas por sujeito inanimado e traço semântico [- controle] teriam a interpretação do modal “dever” apenas como epistêmico

Ainda de modo a explicar quais fatores podem contribuir para a interpretação do modal “dever” como epistêmico ou deôntico, segundo Borba *et alii* (1991 apud MESQUITA, 1999), em seu “Dicionário de verbos do português contemporâneo do Brasil”, o verbo modalizador “dever” indica obrigação ou intenção quando precede infinitivo designativo de fazer.

Tal verbo apresenta valor epistêmico quando precede infinitivo designativo de estado/processo, dever indica necessidade ou possibilidade, suposição (*Devia estar* frio, ele não sentia)”.

Ainda com relação à semântica dos verbos modais, conforme aponta Quirk (1985), uma característica muito importante das expressões de ordem é o fato de elas apresentarem controle humano. Outro autor, Heine (1995), menciona que verbos de ação ocorrem mais em enunciados deônticos. A partir dessas informações, com base na tipologia de estados-de-coisas, proposta em Dik (1997a, p.106-116), foram escolhidos como fatores de análise os traços semânticos controle e dinamismo para que se possa verificar nas expressões modalizadas com “dever” o valor epistêmico, deôntico ou polissêmico. Assim, de modo a possibilitar a análise interpretativa do verbo modal “dever”, a série de fatores, exposta acima, foi considerada.

5 Análise dos dados

Contatou-se, a partir do *corpus* mencionado, um total de 62 ocorrências com o verbo “dever”, sendo 22 ocorrências do NURC/RJ, 33 ocorrências nos Sermões e, por fim, 4 ocorrências na Carta de Caminha, cada qual analisado separadamente.

A) A carta de Pero Vaz de Caminha (século XVI):

A Carta Caminha, datada de 1500, apresentou um total de 4 ocorrências de verbo “dever”, sendo 100% dessas ocorrências interpretadas como verbo modalizador deôntico, tal como se observa na ocorrência abaixo:

(1) Da marinhagem e das singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza - porque o não saberei fazer - e os pilotos **devem** ter este cuidado.

B) Os Sermões (Século XVII):

Os Sermões de Padre Antônio Vieira que compõem este *corpus* constituem-se de quatro textos: o Sermão da Sexagésima, o Sermão de São Pedro e o Sermão do Bom Ladrão, cada um apresentando, respectivamente, um total de 6, 5 e 22 ocorrências. Dessas todas, 6 ocorrências apresentam valor epistêmico, 20 apresentam valor deôntico e 7 apresentam valor polissêmico. Um dos exemplos de ocorrência com valor deôntico é o enunciado abaixo:

(2) [...] porque nem o ladrão conhecido **deve** continuar o ofício em que foi ladrão, nem o senhor, ainda que quisesse, o pode consentir e conservar nele, se não se quer condenar. (Sermão do Bom Ladrão).

É exemplo de enunciados com verbo “dever” com valor epistêmico o enunciado:

(3) Mas o que muito se **deve** notar é que a Dimas prometeu-lhe o Senhor a salvação logo, e a Zaqueu não logo, senão muito depois. (Sermão do Bom Ladrão).

Por fim, o exemplo abaixo é uma das ocorrências com verbo “dever” polissêmico:

(4) [...] porque nem o ladrão conhecido **deve** continuar o ofício em que foi ladrão, nem o senhor, ainda que quisesse, o pode consentir e conservar nele, se não se quer condenar. (Sermão da Sexagésima).

C) As entrevistas da década de 1990 (século XX):

Foram analisados 11 inquéritos de DID (Diálogo entre Informante e Documentador), sendo composto pela fala de 6 mulheres e 4 homens na faixa entre 45 a 80 anos. Todas as entrevistas foram realizadas na década de 1990, após recontato com esses mesmos falantes que foram entrevistados anteriormente na década de 1960. Na grande maioria das entrevistas, independentemente da idade ou sexo, observa-se um número equivalente ou superior de ocorrências de “dever” com valores epistêmicos. Isso evidencia que o uso de modalizador “dever” como epistêmico tem sido mais recorrente ou

prototípico na fala desses entrevistados. Dentre essas ocorrências, temos como exemplo de modal “dever” com valores modais epistêmico, deôntico e polissêmico, respectivamente, os enunciados abaixo:

(5) Eh, com o... Completo assim **deve** estar uns cinquenta contos naquele Braga's, lá da, lá do edifício Central, Avenida Central. (Inquérito 96 – NURC/RJ).

(6) [...] o fígado também é MUITO saudável...tem MUITO ferro de vez em quando **devemos** fazer...principalmente pras crianças...é um alimento forte... [...] (Inquérito 002 - NURC/RJ)

(7) Eu acho que, acho que **deve** ser assim, eu não tenho muita noção não que eu de comércio eu não entendo nada. (Inquérito 140 – NURC/RJ)

D) Mudança linguística e gramaticalização no *corpus*:

Nota-se que, nos inquéritos de língua falada, a maior interpretação do modal dever assume valor epistêmico (54,54% das ocorrências), seguida por verbos polissêmicos e, por fim, verbos com valor deôntico. Já nos sermões, nota-se que o maior percentual da interpretação desse modal é como deôntico (55,55%) e na Carta de Caminha, 100% das ocorrências têm valor deôntico.

Inicialmente, de modo a interpretar a análise quantitativa feita acima, é importante dizer aqui que as situações interativas influenciam na manifestação do modal “dever”, conjuntamente com o contexto, que influencia na sua interpretação como deôntico ou epistêmico. Pode-se notar que os diferentes gêneros textuais escritos são caracterizados por um maior ou menor número de deônticos, e, conseqüentemente, do verbo “dever” com esse sentido. Textos da modalidade oral são caracterizados por uma recorrência maior de verbos modalizadores epistêmicos, dado o fato de situações de interação face a face ser mais propícia à subjetividade. Com relação aos gêneros textuais escritos, nota-se, devido ao seu caráter menos subjetivo, um menor número do modal “dever”.

Segundo Neves (2000), Stephany (1995) observou em pesquisas com a língua inglesa que, “num texto de caráter diretivo (textos de instruções), predomina a modalidade deôntica, enquanto em textos narrativos e argumentativos é mais frequente a modalidade epistêmica”. Já Mesquita (1999), ao estudar a manifestação de modalizadores deônticos em três tipos distintos de textos, literatura técnica, literatura dramática e oratória, verificou que a modalidade deôntica é mais utilizada em textos dramáticos (mais próximos da linguagem oral), seguida, pelos textos oratórios, que apresentaram um segundo maior número no emprego de deônticos, e, por fim, os textos técnicos aparecem como o tipo textual que menos se utiliza da modalização deôntica. Ainda de modo a comprovar a importância da situação comunicativa na manifestação e na interpretação dos verbos modais está o trabalho de Leite (2002), que, ao estudar a manifestação da modalidade no discurso jurídico,

também notou grande emprego de verbos e advérbios modalizadores deônticos na fala de advogados e juizes. De acordo com a autora (p. 97) “as próprias características inerentes ao discurso jurídico favorecem o aparecimento de uma modalização baseada na imposição de um sujeito falante sobre outro, seja pela instauração de uma obrigação, uma permissão ou uma proibição”. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que textos como os sermões são mais propícios à manifestação de modalizadores deônticos do que no gênero carta, por exemplo (o que não se fez, no entanto, foi comparar quantitativamente a ocorrência da modalidade epistêmica manifesta por outros itens lexicais com a modalidade deôntica, já que tal trabalho se ateve ao modal “dever” apenas, não permitindo dizer qual dessas modalidades são mais frequentes em tais tipos gêneros textuais).

Ainda de modo a interpretar os dados estatísticos, tanto pode-se observar ocorrências de “dever” como valor modal deôntico, epistêmico e polissêmico, havendo nos textos orais, mais atuais, um maior percentual de modais com valor epistêmico, já nos sermões, pertencentes ao século XVII, nota-se um maior número de deônticos, seguidos de “dever” polissêmicos; e, por fim, na Carta, constata-se 100% de “dever” interpretado como deôntico. O que tais percentuais podem demonstrar é que de fato, inicialmente, o modal “dever” apresentava um valor mais deôntico, passando aos poucos a apresentar um valor polissêmico e, por fim, apresentar um valor epistêmico.

Com relação a uma análise da manifestação do modal “dever”, podendo ser interpretado como deôntico ou epistêmico, é interessante mencionar neste momento as hipóteses levantadas por Lyons (1977) e Sweetzer (1990) de que crianças adquirem significados deônticos antes que os epistêmicos. O que tais autores dizem é que o significado epistêmico é uma extensão do sentido deôntico e que as crianças adquirem a modalidade deôntica primeiro em virtude de ela ouvir, dos adultos, com mais frequência expressões de ordens e/ou afirmações que designam permissão ou proibição, por meio de Atos de Fala indiretos (como o caso de expressões desiderativas expressarem valores deônticos). Na verdade, no caso da polissemia, não se trata de um verbo com dois sentidos, mas um verbo cujas modalidades se estendem. De acordo com Sweetzer (1990), “o que a proposta defende é que os verbos modais não têm dois sentidos separados não-relacionados, mas que ocorre uma extensão de sentido de raiz básico para o domínio epistêmico, uma extensão que é fortemente motivada pelo sistema linguístico como um todo”.

Como já mencionado, Traugott e König (1991) dão importância ao fato de um item gramaticalizado ganhar em traços semânticos, ao contrário de Meillet que prefere falar em enfraquecimento semântico. No caso da modalização, segundo Traugott (1982), esse ganho semântico garante o fortalecimento da subjetividade. O que explica a modalização deôntica preceder a epistêmica. Ainda de acordo com Traugott (1989, p. 33 apud DE MULDER, 2001), “a polissemia característica dos termos implicados no processo de gramaticalização são estruturados em termos de protótipos”. Assim, seria possível falar, num uso mais prototípico do modal “dever” e em casos menos prototípicos, seguindo uma escala unidirecional que vai do [+ concreto] e/ou [

+ objetivo], para o [+ abstrato] e/ou [+ subjetivo], podendo ser esquematizado no *cline* abaixo:

Auxiliar modal deôntico > Auxiliar modal epistêmico

Pode-se falar ainda que o modal “dever” com valor polissêmico se apresenta como um intermediário entre o deôntico e o epistêmico.

6 Conclusão

Como se pode observar, a preocupação histórica com a língua não é recente, tampouco “veio a óbito”, como se fizeram acreditar alguns linguistas. O que houve na verdade foi uma menor preocupação com esse tipo de estudo, sendo em razão dessa diminuição, mas não extinção por completo, que certos linguistas preferem falar que ela esteve adormecida.

Foi a partir de trabalhos sobre mudança linguística que se iniciaram os primeiros estudos sobre gramaticalização, termo cunhado originalmente por Antoine Meillet. Tais estudos sobre mudança, geralmente de um item lexical que assume traços gramaticais ou um item já gramatical que passa a desempenhar uma função ainda mais gramatical, foram potencialmente retomados por linguistas a partir da década de 1970.

Sendo assim, neste trabalho, buscou-se observar, por meio de textos de diferentes momentos históricos, se a polissemia do modal “dever” em língua portuguesa é característica do fenômeno de gramaticalização.

Notou-se que são vários os teóricos que se debruçaram sobre esse tema e que são diversos seus pontos de vista. Mas, partindo de conceitos teóricos como o de mudança semântica, de unidirecionalidade, de subjetivação de um modal, de categorias cognitivas menos e mais abstratas e de etapas no processo de aquisição da linguagem por crianças (a modalidade deôntica é aprendida primeiro que a epistêmica), dentre outros, pode-se constatar que a polissemia do modal “dever” em língua portuguesa representa, sim, um caso de gramaticalização, mesmo que tal fenômeno não envolva princípios considerados cruciais a certos linguistas, como a analogia, a reanálise, a redução de material fonético, a cliticização etc.

REFERÊNCIAS

BYBEE, J.; FLEICHMAN, S. **Modality in Grammar and Discourse**. John Benjamins Publishing Company, 1995.

CASTILHO, A. T. **A Gramaticalização. Estudos Linguísticos e Literários**, n° 19, p. 11- 24, marco, 1997.

CERVONI, J. As Modalidades In: _____. **A enunciação**. São Paulo Ática, 1989.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. Tese (doutorado). Araraquara: UNESP - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 1995.

DE MULDER, W. La linguistique diachronique, les études sur la grammaticalisation et la sémantique du prototype: présentation. **Langue Française**. La linguistique diachronique: grammaticalisation et sémantique du prototype. N° 130, Mai. 2001.

DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. Pt. I – The structure of the clause. New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. Pt. II – Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem – IEL. UNICAMP, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, H. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.

HEINE, B. et al. From Cognition to Grammar – Evidence from African Languages. In: TRAUGOT, E.; HEINE, B. (eds.) **Approaches to Grammaticalization**. v.1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 149-187.

HOPPER, P. **Some trends in Grammaticalization**. *Annu. Rev Anthropol.*, v. 25, p. 217-236, 1996.

HOPPER, P. On Some Principles of Grammaticalization. IN: TRAUGOT, E. & HEINE, B. (eds.) **Approaches to Grammaticalization**. v.1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 17-34.

HOPPER, P., TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: CUP, 1993.

KALINOWSKI, G. Un aperçu élémentaire des modalités déontiques. **Langages**, v. 43, p. 28-38, 1976.

KIEFER, F. On defining Modality. **Folia Linguistica**, v. 21, n. 1, p. 67-93, 1987.

LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. **Lingua e Stile**. v. 20, p. 308-318, 1982a.

LEHMANN, C. **Thought on Grammaticalization: a programmatic sketch**. v. 1. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49-Projects, 1982b.

LEITE, A. M. P. C. **A modalização deôntica no discurso jurídico.** Dissertação (mestrado) São José do Rio Preto: UNESP – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, 2002.

LYONS, J. **Semantics: 2.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MEILLET, A. Évolution des formes grammaticales. **Linguistique historique et Linguistique générale.** Paris: Honoré Champion, v. 2, p. 71-83, 1948.

MESQUITA, E. M. de C. **A modalidade deôntica: um estudo na língua escrita contemporânea no Brasil.** Dissertação (mestrado). Araraquara: UNESP - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 1999

NEVES, M. H. M. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. **Alfa**, São Paulo, n. 44, p. 115-145, 2000.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. **Gramática do Português Falado.** v. 6. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1996, p. 163-99.

PALMER, F. R. **Mood and modality.** New York: Cambridge University Press, 1986.

QUIRK, R. et al. **A comprehensive Grammar of English Language.** London: Longman, 1985.

KOCH, I. G. V. As modalidades do discurso. In: **Argumentação e linguagem.** São Paulo: Cortez, 1987.

RAMAT, A. G. Grammaticalization of Modality in Language Acquisition. **Studies in Language**, v. 23, n. 2, p. 377-407, 1999.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual conditions for the interpretations of 'poder' and 'deber' in Spanish. In: BYBEE, Joan; FLEISCHMAN, Suzanne (Org.). **Modality in grammar and discourse.** Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 67-105.

SWEETSER, E. E. **From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWEETSER, E. E. Grammaticalization and Semantic Bleaching. **Berkeley Linguistics Society**, v. 13, p. 389- 405, 1988.

TAYLOR, J. R. **Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory.** Oxford: Oxford University Press, 1989.

TRAUGOTT, E. From Propositional to Textual and Expressive Meanings: some Semantic-pragmatic Aspects of Grammaticalization. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Org.). **Perspectives on Historical Linguistics.** Amsterdam: John Benjamins, 1982

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.). **Approaches to Grammaticalization**. v.1. e v.2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E. & DASHER, R. B. **Regularity in Semantic Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TRAUGOTT, E. & KÖNIG, E. The Semantics-pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.) **Approaches to Grammaticalization**. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 189-217.

WEEDWOOD, B. **A Linguística no século XIX**. In: **História concisa da Linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. p. 103-124.

Recebido em 31 de janeiro de 2018.

Aprovado em 25 abril de 2018.

Publicado em 30 de junho de 2018.

SOBRE O AUTOR

Sérgio Casimiro é doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Brasil; e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil.
E-mail: sergiomyro@yahoo.com.br